

Aí, talvez, resida o maior mal-entendido de todo o debate. Para o pensamento moderno, trata-se de criar o novo, o néo, trata-se de ser original. O pressuposto da ruptura está implicado na própria noção de vanguarda. Ora, o pós-moderno não quer ser vanguarda e nenhuma palavra é mais estranha ao seu vocabulário do que a palavra ruptura. Não está preocupado em romper com nada, muito menos com o moderno, do qual ele é um pós, uma simples seqüência. Absorve e cita o passado, não ordenando linhagens e colocando aspas, mas produzindo novos agenciamentos; não rompendo, mas deslocando a geografia do pensar.

Ninguém ignora, evidentemente, que a recepção desse pensamento, ultra atual e desconcertante, deu-se, no Brasil, a partir das inevitáveis simplificações que atingem todos os temas quando são assim alardeados, com força total, pela grande imprensa. Ninguém ignora também que o rótulo de pós-moderno, aplicado indistintamente às diferentes esferas da produção econômica, social, política e cultura, não passa de uma generalização que articula, num automatismo rígrado, a relação entre essas esferas e a história. Transbordado da estética, onde os princípios do moderno passaram a exercer uma função normatizadora, o pós-moderno espalhou-se por todos os domínios, sob pressão das mutações ocorridas na sociedade. Essa vertente do pensamento contemporâneo deslança um processo que violenta o bom senso e a boa vontade. Ela quer forçar os limites da sensibilidade ao atual, até os limites do pensamento.

Visto assim, o pós-moderno é mais do que uma etiqueta da moda. Ele traz consigo essa atmosfera de desencanto, de falta de saída. Rouanet tem razão quando diz que o homem contemporâneo está cansado da modernidade. "O pós-moderno é muito mais a fadiga crepuscular de uma época – que parece extinguir-se ingloriamente –, do que o hino de júbilo de amanhã que despontam". É certo que para o homem pós-moderno não há mais bandeiras nem ideologias defensáveis; só há o desejo de despedir-se das esperanças traídas, dos sonhos transformados em pesadelos. Tal homem reivindica o direito de capitular. O pós-moderno é o encerramento de um capítulo. Eis aí a nova perplexidade.

MOONEY, P.R. (1987). *O escândalo das sementes; o domínio na produção de alimentos*. Tradução e prefácio Adilson D. Paschoal. São Paulo: Nobel, 146 p.

*Cyro Mascarenhas Rodrigues**

A edição deste livro, no Brasil, ocorre oito anos após o seu lançamento, originalmente em inglês, sob o título *Seeds of the earth – a private or a public resource?*, pela Canadian Council for International Cooperation, durante o Encontro

* Pesquisador da Embrapa.

tro do Conselho mundial de Alimentos das Nações Unidas, realizado em Ottawa, em 1979.

Certamente não será o sugestivo título em português – “O Escândalo das Sementes” – que atrairá o público diretamente ligado ou medianamente interessado na temática. Afinal, no país da impunidade, onde os escândalos se sucedem quase que diariamente, ocupando espaços cada vez maiores nos jornais e noticiários do rádio e da TV, um escândalo a mais não impressionaria tanto. O que realmente pode sensibilizar o leitor é a perspectiva de obter um lastro substancial de informações, para formar opinião a respeito de uma questão polêmica, agora ressuscitada na Constituinte, onde os “lobbies” das multinacionais juntam-se a outros grupos de interesse, para a aprovação de uma lei que proteja os cultivares.

Essa lei que, em outras palavras, é a consagração do direito de patentes e controle do mercado de sementes, além das implicações negativas de ordem econômica e social para os países do Terceiro Mundo, pode trazer, segundo o autor, conseqüências desastrosas para a humanidade com um todo. As exigências legais para a garantia de direitos do melhorista, encoraja a uniformidade genética, eliminando variedades, o que pode significar a destruição do germoplasma natural, da maioria das culturas alimentares utilizadas pelo homem, deixando-as vulneráveis a epidemias devastadoras.

Para chegar a essa conclusão, o autor estrutura a sua obra em três partes principais, focalizando, em primeiro lugar, a situação das sementes no mundo. Explica, de forma didática, que a quase totalidade dos alimentos consumidos pelo homem tem a sua origem em não mais de uma dezena de centros de extrema diversidade genética, os chamados Centros de Vavilov, que ocupam menos de um quarto das terras do mundo (áreas do Mediterrâneo, Oriente Próximo, Afeganistão, Indo-Birmânia, Malásia-Java, China, Guatemala-México, Andes Peruanos e Etiópia). As nações ricas e industrializadas, a exemplo dos Estados Unidos, que são originalmente pobres em genes, não teriam meios de minimizar sua vulnerabilidade genética contando apenas com os recursos genéticos do seu território.

Ocorre que os antigos centros de diversificação de culturas do Terceiro Mundo estão desaparecendo, em razão do fenômeno denominado pela FAO de erosão genética. Trata-se da destruição maciça de material de diversidade genética inestimável para o trabalho de melhoramento de plantas. Programas intitulados de revolução verde, levados a efeito pelas fundações Rockefeller, Ford e Kellogg, contribuíram decisivamente para esse processo erosivo, ao induzirem os agricultores de subsistência a abandonarem as suas variedades tradicionais, mais resistentes, por outras altamente produtivas, de uniformidade fenotípica, mas exigentes de produtos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) para manterem os seus padrões de qualidade. É aí que o livro mostra de que forma articula-se a chamada revolução verde com a revolução das sementes, a penetração da indústria agroquímica na produção de sementes e o efeito da legis-

lação varietal restritiva na produção agrícola e suas implicações para os Centros de Vavilov.

Quanto à conservação dos recursos genéticos do mundo, através de uma rede internacional de bancos de genes, Mooney – referenciando outros cientistas –, levanta dúvidas quanto à segurança das espécies em extinção armazenadas nesses bancos. Apontam-se vulnerabilidades como falhas no circuito elétrico, que poderiam aumentar a temperatura de armazenamento ou elevar a umidade; falta de verbas para a manutenção dos bancos; possibilidades de incêndios, enchentes e até mesmo a negligência na documentação do que é coletado e armazenado, são eventualidades que poriam em risco as coleções. A Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, ao constatar falhas na coleção de germoplasma na América, nos últimos 35 anos, advertiu: “depois de avaliar todas as medidas disponíveis para preservar espécies ameaçadas sob condições controladas, somos repetidamente levados à conclusão de que o único método confiável reside no ambiente natural” (p.33).

Contudo, para o Terceiro Mundo a situação é mais dramática. Enquanto aumenta o fluxo de material genético dos Centros de Vavilov para os bancos internacionais de genes dos países industrializados, o material original vem sendo destruído e substituído pelas novas variedades associadas a produtos químicos, introduzidas pelos centros internacionais de pesquisa ou organizações comerciais. Pat Mooney explica textualmente: “A emergente rede de bancos de genes apodera-se dos tesouros genéticos das nações do Terceiro Mundo, que são armazenados no exterior. Na verdade, tais recursos nacionais ultrapassam a fronteira tecnológica, passando a ser um verdadeiro roubo de herança legítima dos melhoristas originais do mundo – os agricultores de subsistência –, deixando os governos do Terceiro Mundo dependentes do Primeiro Mundo quanto ao acesso a seu próprio germoplasma. Na África já existem casos de nações que pagaram para importar descendentes genéticos dos seus recursos nacionais” (p.119).

Na segunda parte do livro, o autor dedica-se mais especificamente à revolução verde e sua conexão química, mostrando quem realmente se beneficiou com ela: a indústria de fertilizantes, de agrotóxicos, de bombas para irrigação, de máquinas e implementos agrícolas, produzidos principalmente nos Estados Unidos. Os programas de ajuda bilaterais e multinacionais tornaram possível a expansão desse lucrativo negócio para os mercados do Terceiro Mundo (Ásia, África e América Latina). Aos pequenos agricultores – excetuando a minoria mais capitalizada que realmente se beneficiou –, restou o caminho do êxodo para os grandes centros urbanos, engrossando o exército de reserva de mão-de-obra. Vivendo miseravelmente nos cortiços e favelas, eles adquirem, a preços elevados, os cereais cultivados possivelmente “nas mesmas terras onde eles, certa vez, colheram leguminosas de baixo custo” (p.49).

O desdobramento da revolução verde acontece no âmbito da indústria de sementes, que passa a ter novos donos. Com o advento da legislação de direito dos melhoristas, nos países industrializados, as pequenas empresas produto-

ras de sementes desaparecem para dar lugar ao oligopólio de multinacionais de agroquímicos, onde se incluem as que têm como fonte principal de lucro os produtos farmacêuticos e os derivados de petróleo. Consolida-se o domínio do mercado por grandes corporações como a Ciba-Geigy, Sandoz, Pfizer, Upjohn, Monsanto, Union Carbide e Royal Deutch/Shell, além da Anderson Clayton, Cargill e ITT. Todas elas se preparam para a indústria estratégica de suprimentos genéticos, criando os seus próprios centros de pesquisa genética, sistemas de referência vegetal e de investigação no âmbito da química animal e humana. Não resta dúvida que o desenvolvimento de variedades nesses centros, persegue padrões de produtividade, uniformidade e processamento que se vinculam à pesquisa química, resultando na oferta de um pacote de sementes + fertilizantes + herbicidas + inseticidas + fungicidas e outros produtos que possam trazer lucro a essas companhias.

A terceira parte da obra completa o quadro analítico, voltando o foco da discussão para a questão da legislação varietal restritiva ou os direitos dos melhoristas de plantas. Aqui são apresentados depoimentos de cientistas americanos, canadenses e ingleses, ressaltando a importância da diversidade genética e contrapondo-a aos direitos restritivos dos melhoristas, que conduzem à erosão genética e conseqüente destruição paulatina dos Centros de Vavilov. Outra conseqüência nefasta apontada é a limitação do livre intercâmbio de germoplasma, fato que preocupa seriamente tanto os melhoristas públicos quanto os privados. Mas as surpresas maiores estariam reservadas aos países do Terceiro Mundo: "Na verdade, as companhias podem reclamar 'direitos' de patentes por variedades que são tradicionais nos países em desenvolvimento, e mantê-las para seus próprios propósitos de mercado, ou para manter o germoplasma fora do alcance dos seus concorrentes. Por exemplo, conforme o pesquisador David Bakin, na cidade do México certa cerealista obteve uma variedade certificada do governo mexicano e depois patenteou-a na Europa. Bakin também relata que dois estabelecimentos de sementes dos EUA literalmente roubaram variedades do programa CIMMYT, mandaram multiplicá-las no outro lado da fronteira, no Texas, e depois patentearam o material sob o Ato de Proteção às variedades de Plantas dos EUA. Para a Europa e América essa situação significa novas e excitantes variedades de plantas, mas o Terceiro Mundo certamente delas não se beneficia" (p.91).

Depois de discutir as tendências no melhoramento corporativo que apontam para a uniformidade genética e a utilização de produtos químicos, ao invés das linhagens múltiplas e cruzamentos visando a resistência a doenças, o autor chama a atenção para a necessidade de preservar a base genética mundial, através da proteção aos programas de melhoramentos públicos e contenção da expansão da indústria multinacional de sementes. Para tanto, entre outras ações, recomenda: (1) medidas específicas de conservação dos germoplasmas, através de uma campanha liderada pela Junta Internacional de Recursos Genéticos Vegetais; (2) providências legais internacionais, através de organismos das Nações Unidas, para que não haja a apropriação de plantas

por formas de controle exclusivo (leia-se patentes e marcas registradas) e sejam consideradas recursos de heranças comuns a todos os povos; (3) providências governamentais pelas nações do Terceiro Mundo, no sentido de inventariar os seus recursos genéticos e protegerem-se contra a legislação varietal dos países industrializados, que ameaça os seus programas nacionais de conservação e melhoramento de plantas.

Não poderíamos concluir este comentário sem registrar a importante contribuição que o professor Adilson Paschoal agrega ao texto, prefaciando a obra. Com a segurança e o conhecimento de um batalhador das causas conservacionistas e da agricultura regenerativa no Brasil, ele resgata acontecimentos ainda desconhecidos para muitos, sobre os caminhos tortuosos e as tramas de bastidores nos escalões governamentais, para que fosse aprovada pelo Congresso Nacional a "Lei de Proteção aos Cultivadores", proposta pela Associação Brasileira de Sementes (Abrasem).

A origem de tudo remonta a 1974, quando a International Plant Breeders, controlada pela Royal Deutch/Shell, campeã de vendas de sementes no mundo, instala-se no sul do país para negociar com cultivares de trigo e soja. Em documento entregue ao Ministério da Agricultura, intitulado "Four Lines plan for Brazilian Agriculture", a Royal Deutch/Shell sugere a legislação do patenteamento de sementes e a transferência do controle, da pesquisa e da produção de sementes básicas do poder público para o setor privado. As démarches deste processo e a reação contrária dos agrônomos, SBPC, FAESP, OCESP e alguns políticos (que termina por inviabilizar o projeto de lei, em 1977, antes mesmo de ser votado), são relatadas pelo professor Paschoal, constituindo uma motivação a mais para a leitura desse livro que recomendamos sem reservas.

RIVIÈRE D'ARC, Hélène (org). (1987). *Portraits de Bahia: Travail et Modernisation dans quatre régions agricoles d'un État du Brésil*. Paris: Collection Brásilia, ed. de la Maison des Sciences de l'Homme.

*Vilma de Mendonça Figueiredo**

Retratos da Bahia é a sexta publicação da coleção Brasília, que teve início em 1981 com o livro de Sérgio Miceli, *Les Intellectuels et le Pouvoir au Brésil (1920-1945)*; seguindo com Guy Martinière, 1982, e a publicação de *Aspects de coopération franco-brésilienne: Transplantation culturelle et stratégie de la Modernité*; Maria Andréa Loyola, 1983, *L'esprit et le corps: des Thérapeutiques populaires dans la banlieve de Rio*; Fernando Henrique Cardoso, 1984, *Les idées à leur Place: le concept de Développement en Amérique Latine*; Celso Furtado,

* PhD em Sociologia, professora do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.